

**A ADEQUAÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS QUE
MODULAM EFEITOS EM CONTROLE DIFUSO DE
CONSTITUCIONALIDADE. UMA VERIFICAÇÃO DA PONDERAÇÃO A
PARTIR DE UMA ANÁLISE DE DECISÕES PESQUISADAS.**

**THE LEGAL GROUNDS IN DECISIONS THAT MODULATE EFFECTS IN
DIFFUSE CONSTITUTIONALITY CONTROL. A VERIFICAITON OF
RESEARCHED DECISIONS.**

Américo Bedê Freire Júnior¹

Vladimir Cunha Bezerra²

RESUMO: Este trabalho sustenta a hipótese segundo a qual há decisões do Supremo Tribunal Federal que modulam efeitos em controle difuso de constitucionalidade não são adequadamente fundamentadas. Toma-se como marco de adequação o dispositivo legal estabelecido no artigo 489, § 2º, do Código de Processo Civil, utilizando-se, para verificação da ponderação empregada, da teoria de Robert Alexy conforme a qual se duas regras colidem, uma há de ser tomada como inválida. Todavia, se uma colisão se der entre dois princípios, um princípio deflui para dar lugar ao outro. A lei de ponderação (também chamada de lei do sopesamento) afirma que a medida permitida de não-satisfação ou de afetação de um princípio depende do grau de importância da satisfação do outro. a fundamentação que sustenta a ponderação feita assume importância inescapável para se mostrar um modelo racional de avaliação de princípios colidentes. Isso é interessante porque faz se conectarem as lições de Alexy com o parâmetro estabelecido pelo Código de Processo Civil, em seu artigo 489. A colisão entre normas à qual se refere o texto legal do artigo 489, § 2º, do Código de Processo Civil pode muito bem significar uma colisão entre princípios, o que faz totalmente compatível a aplicabilidade da teoria de Alexy, à qual se recorre. Avaliaram-se julgados no Supremo Tribunal Federal nos quais houve modulação por razões de segurança jurídica para avaliação das ponderações realizadas. O trabalho é descritivo em relação aos fins. Em relação aos meios, a pesquisa foi, bibliográfica, na consulta de livros e artigos científicos, e exploratória, pois contou com análise de julgados do Supremo Tribunal Federal.

PALAVRAS-CHAVE: controle de constitucionalidade; ponderação; fundamentação; segurança jurídica.

ABSTRACT: This paper supports the hypothesis according to which there are decisions of the brazilian Federal Supreme Court that modulate effects in diffuse constitutionality

¹ Professor do Programa de Mestrado e Doutorado da FDV/ES, Coordenador do Grupo de Pesquisa Hermenêutica e Jurisdição Constitucional da FDV/ES. Doutor e Mestre em Direitos Fundamentais. Juiz Federal. E-mail: bedejunior@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0136827472164962>. Registro Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0128-8790>.

² Doutorando em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV/ES. Mestre em Direito Processual pela Universidade Federal do Espírito Santo. Integrante do Grupo de Pesquisa Hermenêutica e Jurisdição Constitucional da FDV/ES. Advogado concursado da Companhia Estadual de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado do Espírito Santo. E-mail: ovlad@terra.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7393070424307388>. Registro Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2603-9224>.

control are not guaranteed substantiated. It is taken as a landmark to follow the legal provision established in article 489, § 2, of the Code of Civil Procedure, using, to verify the weighting used, Robert Alexy's theory according to which if two rules collide, one must be taken as invalid. However, if a collision occurs between two principles, one principle flows away to make way for the other. The law of balancing states that the permissible extent of non-satisfaction or affectation of one principle depends on the degree of importance of satisfying the other. the reasoning that supports the weighting made assumes inescapable importance to show a rational model for evaluating conflicting principles. This is interesting because it connects Alexy's lessons with the parameter established by the Code of Civil Procedure, in its article 489. very well signify a collision between principles, which makes the applicability of Alexy's theory, which is used, completely compatible. Judgments of the Federal Supreme Court in which there was modulation for reasons of legal certainty were evaluated for the evaluation of the weightings carried out. As for the methodology, the work is descriptive in relation to the purposes. Regarding the means, the research was bibliographical, in the consultation of books and scientific articles, and exploratory, as it relied on the analysis of judgments from the Brazilian brazilian Federal Supreme Court.

KEYWORDS: constitutionality control; law of balancing; contradictory; legal security.

SUMÁRIO: 1. INTRODUÇÃO

2. OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE: DO CONTROLE CONCENTRADO AO CONTROLE DIFUSO E A NECESSIDADE DE PONDERAÇÃO PARA O EXAME DA MODULAÇÃO

3. SOBRE A PONDERAÇÃO (SOPESAMENTO) PROPOSTA POR ALEXY E A BALIZA LEGAL ESTABELECIDADA PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVILBASE TEÓRICA

4. BREVE LEVANTAMENTO REALIZADO PARA AVALIAÇÃO DA PONDERAÇÃO EM RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

5. CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

1. INTRODUÇÃO

O controle de constitucionalidade é imprescindível à preservação da Constituição, sobretudo num ordenamento tal qual o brasileiro, que adota a rigidez constitucional. Portanto, a alteração constitucional deve se dar de modo diverso e mais solene do que a alteração de uma lei.³ A esse propósito, Barroso afirma que a jurisdição constitucional e

³ A esse propósito, vide: CAPPELLETTI, Mauro. **Il controllo giudiziario di costituzionalità delle leggi nel diritto comparato**. Milano: A. Giuffrè Editore, 1978, pp. 28-29.

o controle de constitucionalidade “*são instrumentos essenciais para o desenvolvimento prático e a concretização das ideias que hoje animam o constitucionalismo*”⁴.

Tomando-se com critério a forma de controle judicial, o controle pode ser dar pela via da ação *principal*; ou pela via *incidental* (também referido por via *de exceção* ou *defesa*).⁵ Este artigo trabalhará na perspectiva do controle pela via incidental. Tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal tem por função precípua a guarda da Constituição Federal (levando-se em consideração o artigo 102, *caput*, da Carta Magna) o estudo ora proposto se baliza na atuação do Supremo em casos de análise de constitucionalidade, mais especificamente, na análise de recursos extraordinários.

Quando se declarada a inconstitucionalidade de determinada norma, opera-se sobre ela a nulidade de modo que ela não irradie efeitos desde que veio a lume. No âmbito do controle concentrado de inconstitucionalidade, os efeitos de tal nulidade podem ser mexidos, adequados, por meio do mecanismo da modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade, conforme estabelecido pelo artigo 27, da Lei 9.868/1999.

Não obstante essa técnica ter-se talhado para o controle efetuado na via do controle concentrado, houve casos nos quais a Corte Constitucional utilizou-a em âmbito de controle difuso de constitucionalidade.

A utilização da técnica acima mencionada no controle difuso, levanta questionamento sobre a adequação das decisões que viabilizam a dita modulação de efeitos de declaração de inconstitucionalidade.

Em sendo assim, o presente trabalho gravita sob a seguinte indagação: As decisões do Supremo Tribunal Federal que modulam efeitos em controle difuso de constitucionalidade são adequadamente fundamentadas?

O trabalho pretende dar uma resposta à pergunta acima por meio de verificação da consistência das fundamentações adotadas nas decisões que compõem a amostra explorada. Toma-se como marco de adequação o dispositivo legal estabelecido no artigo

⁴ BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência**. 7ª ed., São Paulo, Saraiva, 2016, p. 21.

⁵ Vide, a esse respeito, BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência**. 7ª ed., São Paulo, Saraiva, 2016, pp. 72-74.

489, § 2º, do Código de Processo Civil, mormente na parte em que estabelece que no “*caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada*”. Para se tomar a noção de adequação, utilizar-se-á a teoria de Robert Alexy.

Trabalha-se com a hipótese segundo a qual há decisões que não são adequadamente fundamentadas.

O estudo ora proposto é importante porque não se acham tratos doutrinários (pelo menos em verificações preliminares) a respeito do tema proposto.

Também é importante ter-se em mente que perscrutar a fundamentação decisões judiciais que modulam efeitos em declarações de inconstitucionalidade é importante pois elas tratam, em última análise, de excetuar a vigência da Constituição.

A pesquisa ora empregada é descritiva quanto aos fins. Será bibliográfica quanto aos meios. Utilizar-se-á um levantamento jurisprudencial feito para a verificação da fundamentação de decisões que modularam efeitos em sede de controle difuso de constitucionalidade. Também se pode afirmar que a pesquisa será exploratória, dado que pretende obter uma visão geral acerca do assunto a ser abordado (sobretudo na parte em que se verificarão julgados).

2. OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE: DO CONTROLE CONCENTRADO AO CONTROLE DIFUSO E A NECESSIDADE DE PONDERAÇÃO PARA O EXAME DA MODULAÇÃO

Consoante o que já fora afirmado, objeto da investigação proposta gravita em torno do controle difuso de constitucionalidade, que – como se sabe – é realizável por quaisquer magistrados ou Tribunais que, em reconhecendo a inconstitucionalidade de uma norma, declaram-na incidentalmente, porque o objeto da demanda não é a inconstitucionalidade da norma, mas o bem da vida perseguido em juízo⁶, de modo que não se afigura possível

⁶ Essa classificação leva em consideração qual órgão jurisdicional pode efetuar o controle. De um lado, há o difuso, conforme se escreveu; do outro, o concentrado, modalidade por meio “*procura-se obter a declaração de inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em tese, independentemente da existência de um caso concreto...*”. In: MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 705.

o regime democrático e o exercício das liberdades sem um sistema garantidor do controle de legalidade dos atos estatais.⁷

Ademais, o controle difuso também está fiado no comprometimento com a unidade do direito, porquanto as decisões decorrentes de tal modal de controle são de observância necessária.⁸ Trata-se de sistema instituído no Brasil na Constituição de 1891 que deu ao Poder Judiciário a última palavra sobre atos dos Poderes Legislativo e Executivo⁹ (sob inspiração da Constituição americana¹⁰) “*que acolhera o critério de controle difuso por exceção, que perdurou nas constituições sucessivas até a vigente*”.¹¹

Declarada a inconstitucionalidade de determinada norma, opera-se sobre ela a nulidade de modo que ela não irradie efeitos desde que veio a lume. Reconhecer-se a inconstitucionalidade de uma norma é ato de natureza declaratória, com reconhecimento de vício preexistente; essa retroatividade dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade “*é uma permissão para que os efeitos da norma atinjam normas criadas em data anterior à anulação*”.¹²

Afirma-se que o “*dogma da nulidade inconstitucional pertence à tradição do Direito brasileiro. A teoria da nulidade tem sido sustentada por praticamente todos os nossos importantes constitucionalistas*”.¹³ Ocorre, no entanto, que a “*legislação processual brasileira preconiza, em casos excepcionais, que a regra não será retroativa, podendo, então, ser mitigada, mediante explícita e exaustiva demonstração de suas razões decisórias*”.¹⁴ Essa mitigação haverá de ocorrer nos casos em que “*a decretação da inconstitucionalidade de determinada lei com efeitos ex tunc acaba promovendo um*

⁷ GUASQUE, Luis Fabião. **O controle de inconstitucionalidade das leis**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2012, p. 96.

⁸ SCALABRIN, Felipe; e SANTANNA, Gustavo. **Lições de direito constitucional: controle de constitucionalidade: de acordo com a emenda constitucional nº 96/2017**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018, p. 35.

⁹ MAXIMILIANO, Carlos. **Comentários à Constituição brasileira de 1981**. Prefácio de Eros Roberto Grau. Ed. fac-similar, Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 117.

¹⁰ ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes: teoria dos precedentes normativos formalmente vinculantes**. 3ª., Salvador: Juspodivm, 2017, p. 43.

¹¹ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 41ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018, p. 53.

¹² SILVA, Yuri de Oliveira Dantas. **Anulação e controle das normas jurídicas: uma análise a partir da ação direta de inconstitucionalidade**. Campo Grande: Contemplar, 2017, pp. 156-157.

¹³ MENDES, Gilmar Ferreira; e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 13ª ed., São Paulo: Saraiva, 2018, p. 1454.

¹⁴ TESSARI, Cláudio. **Modulação dos Efeitos no STF – parâmetros para definição do excepcional interesse social**. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022, p. 109.

estado de coisas ainda mais inconstitucional do que aquele alcançado pela lei inconstitucional.”¹⁵

Pois bem. Voltando rapidamente a atenção ao controle que se dá pela via da ação principal (ou seja, o controle difuso), cabe ressaltar que a nulidade acima referenciada pode ser afastada pelo mecanismo da modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade, conforme estabelecido pelo artigo 27, da Lei 9.868/1999, que veicula dispositivo de natureza jurídica constitucional-processual.¹⁶ Essa previsão legal veiculou, à época, uma grande inovação no sistema brasileiro¹⁷. De acordo com o dispositivo citado, quando da declaração de inconstitucionalidade de uma norma, o Supremo Tribunal Federal poderá, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, *por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado*”, diante da utilização de tal expediente, os efeitos da declaração de inconstitucionalidade não se equiparariam aos da nulidade, mas aos de uma revogação da norma.¹⁸

É importante fixar o marco de que tal técnica fora talhada para o controle via ação principal, apesar de haver entendimento doutrinário segundo o qual a literalidade do artigo 27, da Lei 9.868/1999 não permitir a conclusão de que não deve haver modulação em sede de controle difuso de constitucionalidade.¹⁹ Acrescente-se a tal fundamento o fato de haver sustentação no sentido de que a modulação no controle difuso pode ser dar por aplicação analógica aludido dispositivo legal.²⁰

De todo modo, houve casos em que a Corte Constitucional utilizou tal técnica em casos de controle incidental. O caso significativo dessa utilização se deu numa ação civil

¹⁵ MITIDIERO, Daniel. **Superação para frente e modulação de efeitos: precedentes e controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, pp. 75-76.

¹⁶ FREIRE JÚNIOR, Américo Bedê. A inconstitucionalidade da regulamentação dos efeitos do controle de constitucionalidade em abstrato através de lei ordinária. **Revista dialética de direito tributário**. nº 56, São Paulo: Oliveira Rocha, pp. 19-24, maio/2000, p. 22.

¹⁷ BARBOSA SOBRINHO, Osório Silva. **Comentários à Lei n. 9.868/99 – processo do controle concentrado de constitucionalidade**. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 87.

¹⁸ VELOSO, Zeno. **Controle jurisdicional de constitucionalidade: atualizado conforme as leis 9.868 de 10.11.1999 e 9.882 de 03.12.1999**. 3ª ed., Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2003, p. 196.

¹⁹ ALVIM, Teresa Arruda. **Modulação: na alteração da jurisprudência firme ou de precedentes vinculantes**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019, p. 30.

²⁰ ANDRADE, Fábio Martins de. **Modulação & STF: a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 234.

pública em decorrência da qual houve diminuição do número de parlamentares de uma Câmara Municipal.

O autor da ação civil pública que chegou, via recurso, à análise do Supremo (o Ministério Público do Estado de São Paulo) pedia a devolução dos valores recebidos pelos vereadores como efeito reflexo da anulação conseguida. Segundo o relator do feito no Supremo Tribunal Federal poderia haver transtorno e questionamento aos atos praticados durante a legislatura daquela Casa de Leis. Por tais razões, considerando-se a segurança jurídica, foram dados efeitos *pro futuro* àquela declaração incidental de inconstitucionalidade²¹

Luís Roberto Barroso, indica que o artigo 27 da Lei 9.868/1999 veicula um mecanismo de ponderação de valores, de modo que “*o que o Supremo Tribunal Federal poderá fazer ao dosar os efeitos retroativos da decisão é uma ponderação entre a norma violada e as normas constitucionais que protegem os efeitos produzidos pela lei inconstitucional.*”²²

A modulação de efeitos das declarações de inconstitucionalidade ocupa o centro do debate²³ e seja no controle concentrado, seja no controle difuso, o certo é que ela é, conforme se afirmou no parágrafo acima, uma ponderação: o julgador há de examinar eventuais percalços na aplicação dos efeitos *ex tunc* de eventual declaração de inconstitucionalidade na qual ele esteja laborando. Para se afastar um determinado direito de envergadura constitucional, é necessário outro de igual envergadura.²⁴ O que seria mais consentâneo com o ordenamento jurídico: os efeitos retroativos da inconstitucionalidade (pela obediência aos pontos constitucionais desobedecidos pelo ato afastado) ou a limitação de tais efeitos, em prestígio a outros valores jurídicos? A resposta à pergunta indicada há de vir pela via da ponderação, na conformidade do artigo 489, § 2º, do Código de Processo Civil, que – expressamente – clama pela ponderação. Neste

²¹ RE 197.917/SP – Rel. Min. Maurício Corrêa, j. 06/06/2002, Pleno; DJ 07/05/2004, p. 8.

²² BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência**. 7ª ed., São Paulo: Saraiva, 2016, pp. 254-255.

²³ FREITAS, Leonardo e Silva de Almendra. O estado da arte da modulação tributária no âmbito do Supremo Tribunal Federal: critérios e prognósticos. **Revista de Direito Tributário Contemporâneo**, vol. 14/2018, p. 181-191, RT, São Paulo, 2018, p. 182.

²⁴ GARCIA, Emerson. **Conflito entre normas constitucionais. Esboço de uma teoria geral**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2008, p. 286.

passo, a formulação de Robert Alexy pode prestar relevante contribuição. Isso é o que será visto no tópico adiante.

3. SOBRE A PONDERAÇÃO (SOPESAMENTO) PROPOSTA POR ALEXY E A BALIZA LEGAL ESTABELECIDADA PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVILBASE TEÓRICA

Conforme se afirmou acima, Toma-se como marco de adequação o dispositivo legal estabelecido no artigo 489, § 2º, do Código de Processo Civil, em conjunto com a teoria de Robert Alexy. O artigo 489, § 2º, do Código de Processo Civil apregoa que:

§ 2º No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.

Ao talhar tal dispositivo legal, o legislador “*pretensiosamente, resolveu transformar em direito posto, critérios para resolver ‘colisão de normas’*”²⁵ sendo que a “*redação do dispositivo é bastante clara ao determinar que o magistrado deve demonstrar as razões que o levaram a decidir por uma norma em detrimento de outra*”.²⁶ Ademais, o magistrado, quando chamado a decidir o caso concreto, “*mediante mútua implicação das regras e princípios, deve esclarecer precisamente as premissas factuais que levaram a interferência no princípio eventualmente afastado*”.²⁷

Clama-se pela análise de tal dispositivo legal porque em decisões que tratam de modulações de efeitos de declarações de inconstitucionalidade geralmente há cotejo da nulidade da norma inconstitucional com algum princípio em evidência no caso concreto, sobretudo do princípio da segurança jurídica. Por essa razão, há nota doutrinária afirmando que não é qualquer antinomia que há de ser resolvida pela aplicação do referenciado dispositivo legal, de modo que o dispositivo deve “*ser interpretado no sentido de que se refere às normas relacionadas a direitos fundamentais e princípios*

²⁵ WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Sentença. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim e WAMBIER, Luiz Rodrigues. (coordenadores). **Temas essenciais do novo CPC: análise das principais alterações do sistema processual civil brasileiro**. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2016, pp. 373-391, p. 388.

²⁶ PUGLIESE, William Soares; e RUTANO, Leandro José. **Ponderação no Novo Código de Processo Civil: Considerações sobre o Art. 489, § 2º**. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil nº 69, Nov/Dez de 2015.

²⁷ GAJARDONI, Fernando da Fonseca; DELLORE, Luiz; ROQUE, André Vasconcelos; e OLIVEIRA JR., Zulmar Duarte de. **Processo de conhecimento e cumprimento da sentença: comentários ao CPC de 2015**. Rio de Janeiro, Forense, São Paulo Método, 2016, p. 567.

constitucionais”²⁸. Tome-se como exemplo o caso trazido no item anterior, no qual se contrapuseram os efeitos da nulidade da declaração de inconstitucionalidade no caso levado a juízo frente à possibilidade de transtorno de atos praticados pela legislatura que sofreria a incidência da digitada nulidade.

É nesse ensejo que se tenta articular a obra de Robert Alexy²⁹, para quem boa parte das Constituições acaba brindando um catálogo de direitos fundamentais positivados, o que naturalmente faz acarretar eventuais colisões de princípios³⁰.

Para Alexy, no modelo de princípios é possível falar-se em restrições a direitos fundamentais, e que pode ocorrer restrição desde que ela – a restrição – seja compatível com a Constituição.³¹

Para tanto, o mencionado autor emprega análise da estrutura da norma de direito fundamental. E, este aspecto, a mais fundante distinção teórico-estrutural a ser feita nas normas de direitos fundamentais entre é a diferenciação entre regras e princípios.³²

Princípios seriam normas que ordenam a realização de algo na maior medida possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas dadas em determinado contexto³³. São mandamentos de otimização, mandamentos que têm por característica serem realizáveis variados graus, e a medida de sua realização se dá na possibilidade jurídica, e não apenas se dá apenas no esquadro da possibilidade fática. Determina-se o âmbito das possibilidades jurídicas de acordo com os princípios e regras colidentes. Por outro lado, as regras, são normas que ou são satisfeitas ou não satisfeitas. Elas guardam determinações no âmbito do que é fática e juridicamente possível.³⁴

²⁸ NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de processo civil comentado**. 16 ed. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 1251.

²⁹ É percuciente ressaltar que há autores que destacam que a aplicação do artigo 489, § 2º, do Código de Processo Civil, abre margem à aplicação da teoria proposta por Dworkin. *In*: THEODORO JÚNIOR, Humberto; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre Melo Franco; PEDRON, Flávio Quinaud. **Novo CPC – Fundamentos e sistematização**. 3ª. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 367-368.

³⁰ ALEXY, Robert. *Constitutionalismo discursivo*. Tradução Luís Afonso Heck Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, pp. 56-57.

³¹ ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2ª ed., Tradução: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2017, pp. 280-281.

³² ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2ª ed., Tradução: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2017, p. 85.

³³ NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo na Constituição Federal**. 12ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 37.

³⁴ ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2ª ed., Tradução: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2017, pp. 90-91.

É este o ensejo no qual calha a conhecidíssima formulação de Robert Alexy, conforme a qual se duas regras colidem, uma há de ser tomada como inválida. Todavia, se uma colisão se der entre dois princípios, um princípio deflui para dar lugar ao outro, surgindo “*uma rega específica, a qual consistirá na consequência jurídica do princípio prevalente, criada sempre com base nas condições fáticas do caso concreto*”.³⁵

Contudo, diversamente do que ocorre em casos de colisões de regras, o princípio que acabou cedendo não se queda invalidado ou afastado do ordenamento jurídico; não.³⁶ A partir desse parâmetro de colisão³⁷ oriundo do trabalho de Alexy, desemboca-se na lição segundo a qual

Princípios são mandamentos de otimização em face das possibilidades jurídicas e fáticas. A máxima da proporcionalidade em sentido estrito, ou seja, exigência de sopesamento, decorre da relativização em face das possibilidades jurídicas. Quando uma norma de direito fundamental com caráter de princípio colide com um princípio antagônico, a possibilidade jurídica para a realização dessa norma depende do princípio antagônico. Para se chegar a uma decisão é necessário um sopesamento nos termos da lei de colisão.³⁸

É interessante ressaltar que o dispositivo legal acima mencionado utiliza-se da expressão “*colisão entre normas*” e não da expressão “*colisão entre leis*”. Cabe diferenciar que a norma é algo que não é material, é uma ideia originada a partir daquilo que a leitura do texto causa no intérprete, uma proposição que guarda um significado.³⁹ Portanto, essa referenciada colisão entre normas à qual se refere o texto legal do artigo 489, § 2º, do Código de Processo Civil pode muito bem significar uma colisão entre princípios, o que faz totalmente compatível a aplicabilidade da teoria de Alexy, à qual se recorre.

Voltando à análise, cabe destacar que a solução desses imbróglios apresentados por Alexy em sua formulação se dá pela brevemente demonstrada lei da colisão, uma lei que tem

³⁵ CARDOSO, Diego Brito. **Colisão de direitos fundamentais, ponderação e proporcionalidade na visão de Robert Alexy**. In: Revista Constituição e Garantia de Direitos. v. 9 n. 1, 14ª Edição, pp. 137-155, 2016, p. 146.

³⁶ ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2ª ed., Tradução: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo, Malheiros, 2017, pp. 92-93.

³⁷ Alexy também identifica colisões de direitos fundamentais em sentido amplo; e colisões de direitos fundamentais em sentido estrito, dentro das quais há colisões de direitos fundamentais idênticos e colisões de direitos fundamentais diferentes. A esse respeito, vide: ALEXY, Robert. **Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos fundamentais no estado de direito democrático**. In: Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, n. 17, pp. 267-279, 1999, pp. 269-273.

³⁸ ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2ª ed., Tradução: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo, Malheiros, 2017, p. 117.

³⁹ BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. Tradução: Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. Bauru: Edipro, 2001, p. 74.

notada importância “*pois demonstra que é o resultado da ponderação que deve ser objeto de fundamentação*”.⁴⁰

Conforme se afirmou acima, decisões que modulam efeitos de declarações de inconstitucionalidade usualmente fazem cotejo da nulidade da norma inconstitucional com algum princípio em evidência no caso concreto. Assim, deve ser avaliada a correlação entre postulados dentro do caso concreto, para que se veja qual há de prevalecer. Neste enleio tentar-se-á avaliar se foram ponderados os princípios colidentes nos julgados objetos da pesquisa demonstrada no capítulo seguinte.

Em situações nas quais se contrapõem postulados de densa importância, entra em cena o *princípio da proporcionalidade*, de acordo com o qual se pode afirmar que

Esse princípio, embora não esteja explicitado de forma individualizada no nosso ordenamento jurídico, é uma exigência inafastável da própria fórmula política adotada por nosso constituinte, a do ‘Estado Democrático de Direito’, pois sem a sua utilização não se concebe como bem realizar o mandamento básico dessa fórmula de respeito simultâneo dos interesses individuais, coletivos e públicos (harmonização).⁴¹

O mencionado princípio, qual seja, o da proporcionalidade, há de operar no sentido de se colher – na situação revelada dentro do caso concreto – a interpretação mais adequada, na busca de aplicar-se um princípio, tentando-se, no entanto, preservar-se, ao máximo, o princípio cuja aplicabilidade fora relativizada para aquelas nuances fáticas apresentadas.⁴²

A lei de ponderação (também chamada de lei do sopesamento) é descrita por Alexy da seguinte forma: “*a medida permitida de não-satisfação ou de afetação de um princípio depende do grau de importância da satisfação do outro.*”⁴³

E há uma parte na obra de Alexy que interessa particularmente a este trabalho: a fundamentação (o fato de se externarem os motivos que sustentam a ponderação) combate as críticas que se fazem ao modelo decisionista de sopesamento. A tal modelo se contrapõe o modelo fundamentado:

⁴⁰ FERREIRA, Natália Braga. Notas sobre a teoria dos princípios de Robert Alexy. **Revista Eletrônica do Curso de Direito–PUC Minas Serro**, n. 2, p. 117-142, 2010, p. 119.

⁴¹ GUIMARÃES, Ricardo Pereira de Freitas. **Princípio da proporcionalidade no direito do trabalho: teoria e prática**. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 83, sobre o princípio da proporcionalidade, afirma que: “”

⁴² NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: doutrina e jurisprudência**. São Paulo. Saraiva, 2002, p. 41.

⁴³ ALEXYY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2ª ed., Tradução: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo, Malheiros, 2017, p. 167.

um sopesamento é racional quando o enunciado de preferência, ao qual ele conduz, pode ser fundamentado de forma racional. Com isso, o problema da racionalidade do sopesamento leva-nos à questão da possibilidade de fundamentação racional de enunciados que estabeleçam preferências condicionadas entre valores ou princípios colidentes.⁴⁴

Ou seja, a fundamentação que sustenta a ponderação feita assume importância inescapável para se mostrar um modelo racional de avaliação de princípios colidentes. Isso é interessante porque faz se conectarem as lições de Alexy com o parâmetro estabelecido pelo Código de Processo Civil, em seu artigo 489.

4. BREVE LEVANTAMENTO REALIZADO PARA AVALIAÇÃO DA PONDERAÇÃO EM RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Conforme salientado no capítulo anterior, o artigo 489, § 2º, do Código de Processo Civil determina que o magistrado deve apresentar os critérios da ponderação efetuada em casos de colisão entre normas. Esse mandamento legal apresenta um importante ensejo com o norte teórico dado por Alexy, na medida em que o caminho da ponderação deve ser objeto de fundamentação

Nas decisões que cuidam de modulações de efeitos de declarações de inconstitucionalidade geralmente há cotejo da nulidade da norma inconstitucional com algum princípio em evidência no caso concreto, razão pela qual afigura-se necessária – conforme a trilha percorrida neste trabalho – a demonstração da ponderação feita no caso concreto, sobretudo levando-se em conta a lei do sopesamento, segundo a qual quanto mais alto é o grau do não cumprimento de um princípio, maior deve ser a importância do cumprimento do outro. E, como se afirmou, tudo isto deve ser devidamente fundamentado.

Doravante, será verificado um breve levantamento feito para fins de confecção deste artigo. Tal levantamento percorreu a seguinte trilha metodológica: no endereço eletrônico do Supremo Tribunal Federal, na rede mundial de computadores, pesquisaram-se os termos "modula"; "modular" e "modulação", com a conectiva "ou". Em seguida, fez-se o

⁴⁴ ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2ª ed., Tradução: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo, Malheiros, 2017, p. 165.

limite de tempo (em consonância com a vigência do atual Código de Processo Civil). Os julgados pesquisados foram proferidos a partir de 2016.

A pesquisa se deu em relação a uma espécie recursal, qual seja o recurso extraordinário. Por quê? Porque o recurso extraordinário o é, por excelência, o expediente em que o Supremo (em tese) guarda a Constituição Federal, no tocante a controle difuso. Claro que o controle difuso pode ser exercido por outras espécies recursais, ou por outros remédios judiciais, no entanto, conforme se afirmou, é o recurso extraordinário o meio por excelência de guarda constitucional, conforme previsto no artigo 102, inciso III, da Constituição Federal

Impende ressaltar que, na maior parte dos casos, é o princípio da segurança jurídica que é utilizado como ensejo para as modulações realizadas. Portanto, colheram-se julgados nos quais a segurança jurídica grassava de uma ou de outra maneira.

Humberto Ávila menciona que o termo *segurança* mencionado no final do *caput*, do artigo 5º, da Constituição Federal há de ser entendido como segurança jurídica, instituto que, para ele, é uma norma princípio que demanda dos Poderes medidas que garantam ao cidadão, sem surpresas e arbitrariedades, “*plasmar digna e responsabilmente o seu presente e fazer um planejamento estratégico juridicamente informado de seu futuro.*”⁴⁵

O controle de constitucionalidade garante a preservação das normas constitucionais, e a noção de que alguns atos “*podem e devem ser preservados, ainda que em violação à Constituição ou à nova interpretação da lei por tribunal superior, em homenagem ao princípio da segurança jurídica, ilustra essa tensão.*”⁴⁶

Em sendo assim, afigura-se interessante verificar como se dá o exame da segurança jurídica na e para a modulação de efeitos de declarações de inconstitucionalidade no âmbito do controle difuso.

No recurso extraordinário 594.435 avaliou-se se competiria à Justiça comum o julgamento de causa na qual se discutisse incidência de contribuição previdenciária sobre

⁴⁵ ÁVILA, Humberto. **Teoria da Segurança Jurídica**. 4ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 286.

⁴⁶ MICHEL, Voltaire de Freitas; e DEITOS, Marc Antoni. Perspectivas para a modulação de efeitos da decisão nos recursos especiais. **Revista de Processo**, vol. 306/2020, p. 327-343, RT, São Paulo, Ago/2020, p. 2.

complementação de proventos de aposentadoria. Houve oposição de embargos de declaração com o fito de se modularem os efeitos da mencionada decisão.

No caso, o relator não acolheu o pleito de modulação. Na divergência estabelecida (que acabou vingando para se modularem os efeitos do julgamento realizado) indicaram-se inconvenientes de eventual remessa de autos da Justiça trabalhista à Justiça comum.

Não se discorda das razões indicadas para a manutenção da modulação. Todavia, deveria ser avaliada também (já que se devem ponderar os elementos quando da colisão de princípios) a não incidência dos outros postulados envolvidos no caos levado a exame. E isso não foi feito. Por essa razão, é de se colocar em dúvida a fundamentação realizada. Por mais que fossem vertidas páginas e páginas de sustentação para avaliar a segurança jurídica aqui, não se mirou nos outros institutos preteridos para fins da opção pela modulação. Ora, se somente se avaliou um lado, não se pode afirmar que houve uma hígida ponderação. Para que esta houvesse, deveria haver o cotejo dos dois postulados envolvidos: o adotado e o preterido.

Já no recurso extraordinário de número 638.115 tratava de incorporação de quintos decorrente do exercício de funções comissionadas durante determinado período. O Supremo Tribunal Federal estabeleceu indevida a incorporação aludida. Todavia, modulou os efeitos da decisão. Eis o argumento para a modulação:

Ante o exposto, dou provimento ao recurso extraordinário, fixando a tese de que ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período entre 8.4.1998 até 4.9.2001, ante a carência de fundamento legal.

Além disso, em razão da segurança jurídica, modulam-se os efeitos da presente decisão para obstar a repetição de indébito em relação os servidores que receberam de boa-fé os quintos pagos até a data do presente julgamento, cessada a ultra-atividade das incorporações em qualquer hipótese.

Aqui evoca-se a *segurança jurídica*, mas não se faz o cotejo com o prejuízo causado ao erário pela incorporação remuneratória. Não que não pudesse haver a modulação. Em se realizando a ponderação entre a indisponibilidade do patrimônio público e a segurança jurídica, e em se lavrando a devida avaliação no julgado, tal poderia ser levada a efeito, para fins de cumprimento dos ditames legais legados em consideração para fins deste trabalho. Todavia, não foram tais coordenadas levadas em consideração. Apenas se mencionou a segurança jurídica. Ao que parece, não houve a ponderação.

No recurso extraordinário 605.552 tratava-se de incidência de determinada espécie tributária sob determinados gêneros farmacêuticos. A Corte Suprema estabeleceu que incidiria ISS sobre venda de medicamentos preparados por farmácias de manipulação; e ICMS sobre medicamentos ofertados em prateleiras. Houve manejo de embargos de declaração por uma das partes com vistas à modulação. O relator do recurso afirmou que a ausência de modulação poderia acarretar cobrança retroativa das espécies tributárias em questão, e isso poderia implicar ajuizamento de um grande quantitativo de demandas judiciais por pleito de repetição de indébito, por conta de contribuintes que recolheram impostos erroneamente. Poderia haver, segundo o relator, insegurança jurídica. O relator ainda transcreve trecho de outra decisão do Supremo.

Mais uma vez, clama-se pela segurança jurídica. A nota diferencial aqui é que se pinta um cenário de ajuizamento de diversas demandas. Não que se discorde de tal avaliação. Todavia, não se pesou a questão atinente ao prejuízo financeiro em desfavor do erário para fins de adoção da modulação empregada. Mais uma vez, a ponderação se quedou rota.

No recurso extraordinário 851.108 também se trata de questão tributária. Porém, o ponto aqui diz respeito à normatização de imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens e direitos. O Supremo Tribunal Federal vedou aos estados e ao Distrito Federal a instituição da mencionada exação em determinados casos.

Porém, modularam-se os efeitos do julgado acima numerado porque – em não ocorrendo a modulação – deveria haver devolução de valores que ultrapassariam cinco bilhões de reais. É interessante notar que, há casos em que o Supremo modula efeitos de declaração de inconstitucionalidade para não cobrar do contribuinte; há casos em que o faz para não haver devolução de valores ao contribuinte. Aqui a segurança jurídica prevaleceu sobre a vedação ao enriquecimento sem causa. E isso também não foi ponderado.

Já no recurso extraordinário 643.247 se discutia a atribuição municipal para a criação de taxas de combate a sinistros. O Tribunal Constitucional modulou o julgamento (que considerava o ente municipal desprovido de tal atribuição) afirmando que deve haver modulação desde que fundada em interesse social e na segurança jurídica, uma vez que, segundo se aduziu, houve alteração na jurisprudência da Corte. Apenas nesta haste se fundou a modulação. E também não houve cotejo com outros marcos preteridos.

Como se vê, em diversos casos o Supremo Tribunal Federal sustenta a modulação focando-se num determinado postulado (com forte incidência da segurança jurídica). Todavia, não mira no valor preterido. Essa atitude de se lançar luzes sobre um marco jurídico (o prevalente) e não verificar o preterido faz com que as ponderações a serem feitas, para fins de cumprimento do estabelecido pelo artigo 489, § 2º, do Código de Processo Civil, se quedem esvaziadas.

Para que fossem hígdas as ponderações empreendidas, deveria haver trato de todos os postulados incidentes no caso em análise, com a devida avaliação do que vai prevalecer e do que será afastado; assim, acredita-se que se estaria cumprindo o dispositivo legal mencionado. A teoria de Alexy presta valiosa colaboração em tal mister.

CONCLUSÃO

O controle de constitucionalidade é imprescindível à preservação da Constituição, sobretudo num ordenamento tal qual o brasileiro, que adota a rigidez constitucional, no qual, a alteração constitucional deve se dar de modo diverso e mais solene do que a alteração de uma lei

Em sendo assim, o presente trabalho gravita sob a seguinte indagação: as decisões do Supremo Tribunal Federal que modulam efeitos em controle difuso de constitucionalidade são adequadamente fundamentadas? O Controle difuso de constitucionalidade Trata-se de sistema instituído no Brasil na Constituição de 1891 que deu ao Poder Judiciário a última palavra sobre atos dos Poderes Legislativo e Executivo.

Toma-se como marco de adequação o dispositivo legal estabelecido no artigo 489, § 2º, do Código de Processo Civil, mormente na parte em que estabelece que no que deve ser justificada a realização de ponderação no caso caso de colisão entre normas. Para se tomar a noção de adequação, utilizou-se da teoria de Robert Alexy.

Trabalhou-se com a hipótese segundo a qual há decisões que não são adequadamente fundamentadas.

Reconhecer-se a inconstitucionalidade de uma norma é ato de natureza declaratória, com reconhecimento de nulidade preexistente. A nulidade acima referenciada pode ser afastada pelo mecanismo da modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade, conforme estabelecido pelo artigo 27, da Lei 9.868/1999, no âmbito do controle

concentrado de constitucionalidade. Segundo tal técnica, o Supremo Tribunal Federal poderá restringir os efeitos de determinada declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado”

Apesar de tal mecanismo ter sido pensado para o controle concentrado, houve e há casos nos quais que o Supremo utilizou tal técnica em casos de controle difuso.

O que seria mais consentâneo com o ordenamento jurídico: os efeitos retroativos da inconstitucionalidade (pela obediência aos pontos constitucionais desobedecidos pelo ato afastado) ou a limitação de tais efeitos, em prestígio a outros valores jurídicos? A resposta à pergunta indicada há de vir pela via da ponderação, na conformidade do artigo 489, § 2º, do Código de Processo Civil, que – expressamente – clama pela ponderação.

Toma-se como marco de adequação o dispositivo legal estabelecido no artigo 489, § 2º, do Código de Processo Civil, em conjunto com a teoria de Robert Alexy.

Em decisões que tratam de modulações de efeitos de declarações de inconstitucionalidade geralmente há cotejo da nulidade da norma inconstitucional com algum princípio em evidência no caso concreto, sobretudo do princípio da segurança jurídica.

Princípios seriam normas que ordenam a realização de algo na maior medida possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas dadas em determinado contexto. São mandamentos de otimização caracterizados por serem realizáveis em variados graus, e a medida de sua realização se dá na possibilidade jurídica, e não apenas se dá apenas no esquadro da possibilidade fática.

Conforme Alexy, se duas regras colidem, uma há de ser tomada como inválida. Todavia, se uma colisão se der entre dois princípios, um princípio deflui para dar lugar ao outro. A referenciada colisão entre normas à qual se refere o texto legal do artigo 489, § 2º, do Código de Processo Civil pode muito bem significar uma colisão entre princípios, o que faz totalmente compatível a aplicabilidade da teoria de Alexy.

O princípio da proporcionalidade, há de operar no sentido de se colher – na situação revelada dentro do caso concreto – a interpretação mais adequada, na busca de aplicar-se um princípio, tentando-se, no entanto, preservar-se, ao máximo, o princípio cuja aplicabilidade fora relativizada para aquelas nuances fáticas apresentadas.

A lei de ponderação (também chamada de lei do sopesamento) é descrita por Alexy da seguinte forma: “*a medida permitida de não-satisfação ou de afetação de um princípio depende do grau de importância da satisfação do outro*”.

A fundamentação que sustenta a ponderação feita assume importância inescapável para se mostrar um modelo racional de avaliação de princípios colidentes. Isso é interessante porque faz uma ponte entre as lições de Alexy com o parâmetro estabelecido pelo Código de Processo Civil, em seu artigo 489.

Nas decisões que cuidam de modulações de efeitos de declarações de inconstitucionalidade geralmente há cotejo da nulidade da norma inconstitucional com algum princípio em evidência no caso concreto, razão pela qual afigura-se necessária – conforme a trilha percorrida neste trabalho

Fez-se um breve levantamento feito para fins de confecção deste artigo, feito em recursos extraordinários, pois o recurso extraordinário o é, por excelência, o expediente em que o Supremo guarda a Constituição Federal, no tocante a controle difuso.

Em boa parte dos casos, é o princípio da segurança jurídica que é utilizado como ensejo para as modulações realizadas. Portanto, colheram-se julgados nos quais a segurança jurídica grassava de uma ou de outra maneira.

Em diversos casos o Supremo Tribunal Federal sustenta a modulação focando-se num determinado postulado (com forte incidência da segurança jurídica). Todavia, não mira no valor preterido. Essa atitude de se lançar luzes sobre um marco jurídico (o prevalente) e não verificar o preterido faz com que as ponderações a serem feitas, para fins de cumprimento do estabelecido pelo artigo 489, § 2º, do Código de Processo Civil, sejam esvaziadas.

Para que fossem hígdas as ponderações empreendidas, deveria haver trato de todos os postulados incidentes no caso em análise, com a devida avaliação do que vai prevalecer e do que será afastado; assim, acredita-se que se estaria cumprindo o dispositivo legal mencionado. A teoria de Alexy presta valiosa colaboração em tal mister.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Constitucionalismo discursivo**. Tradução Luís Afonso Heck Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2ª ed., Tradução: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2017.

ALEXY, Robert. Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos fundamentais no estado de direito democrático. *In: Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*. n. 17, pp. 267-279, 1999, pp. 269-273.

ALVIM, Teresa Arruda. **Modulação: na alteração da jurisprudência firme ou de precedentes vinculantes**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

ANDRADE, Fábio Martins de. **Modulação & STF: a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

ÁVILA, Humberto. **Teoria da Segurança Jurídica**. 4ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

BARBOSA SOBRINHO, Osório Silva. **Comentários à Lei n. 9.868/99 – processo do controle concentrado de constitucionalidade**. São Paulo: Saraiva, 2000.

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência**. 7ª ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. Tradução: Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. Bauru: Edipro, 2001.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Embargos de declaração em recurso extraordinário. RE 594435 ED, Relator: MARCO AURÉLIO, Relator p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 21/08/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-205 DIVULG 20-09-2019 PUBLIC 23-09-2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Embargos de declaração em recurso extraordinário. RE 638115 ED-ED, Relator: GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 18/12/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-113 DIVULG 07-05-2020 PUBLIC 08-05-2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Embargos de declaração em recurso extraordinário. RE 643247 ED, Relator: MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 12/06/2019, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-140 DIVULG 27-06-2019 PUBLIC 28-06-2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário RE 197.917/SP – Rel. Min. Maurício Corrêa, j. 06/06/2002, Pleno; DJ 07/05/2004.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário. RE 605552, Relator: DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 05/08/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-243 DIVULG 05-10-2020 PUBLIC 06-10-2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso extraordinário. RE 851108, Relator: DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 01/03/2021, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-074 DIVULG 19-04-2021 PUBLIC 20-04-2021.

CAPPELLETTI, Mauro. **Il controllo giudiziario di costituzionalità delle leggi nel diritto comparato**. Milano: A. Giuffrè Editore, 1978.

CARDOSO, Diego Brito. Colisão de direitos fundamentais, ponderação e proporcionalidade na visão de Robert Alexy. *in* **Revista Constituição e Garantia de Direitos**. v. 9 n. 1, 14ª Edição, pp. 137-155, 2016.

FERREIRA, Natália Braga. Notas sobre a teoria dos princípios de Robert Alexy. **Revista Eletrônica do Curso de Direito–PUC Minas Serro**, n. 2, p. 117-142, 2010.

FREIRE JÚNIOR, Américo Bedê. A inconstitucionalidade da regulamentação dos efeitos do controle de constitucionalidade em abstrato através de lei ordinária. **Revista dialética de direito tributário**. n° 56, São Paulo: Oliveira Rocha, pp. 19-24, maio/2000.

FREITAS, Leonardo e Silva de Almendra. **O estado da arte da modulação tributária no âmbito do Supremo Tribunal Federal: critérios e prognósticos**. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, vol. 14/2018, p. 181-191, RT, São Paulo, 2018.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca; DELLORE, Luiz; ROQUE, André Vasconcelos; e OLIVEIRA JR., Zulmar Duarte de. **Processo de conhecimento e cumprimento da sentença: comentários ao CPC de 2015**. Rio de Janeiro: Forense, São Paulo Método, 2016.

GARCIA, Emerson. **Conflito entre normas constitucionais. Esboço de uma teoria geral**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

GUASQUE, Luis Fabião. **O controle de inconstitucionalidade das leis**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2012.

GUIMARÃES, Ricardo Pereira de Freitas. **Princípio da proporcionalidade no direito do trabalho: teoria e prática**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MAXIMILIANO, Carlos. **Comentários à Constituição brasileira de 1981**. Prefácio de Eros Roberto Grau. Brasília: Ed. fac-similar, Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

MENDES, Gilmar Ferreira; e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 13ª ed., São Paulo: Saraiva, 2018.

MICHEL, Voltaire de Freitas; e DEITOS, Marc Antoni. Perspectivas para a modulação de efeitos da decisão nos recursos especiais. **Revista de Processo**, vol. 306/2020, p. 327-343, RT, São Paulo, Ago/2020.

MITIDIERO, Daniel. **Superação para frente e modulação de efeitos: precedentes e controle de constitucionalidade no direito brasileiro**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NERY JUNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de processo civil comentado**. 16 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo na Constituição Federal**. 12ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: doutrina e jurisprudência**. São Paulo: Saraiva, 2002.

PUGLIESE, William Soares; e RUTANO, Leandro José. **Ponderação no Novo Código de Processo Civil: Considerações sobre o Art. 489, § 2º**. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil nº 69, Nov/Dez de 2015.

SCALABRIN, Felipe; e SANTANNA, Gustavo. **Lições de direito constitucional: controle de constitucionalidade: de acordo com a emenda constitucional nº 96/2017**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 41ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

SILVA, Yuri de Oliveira Dantas. **Anulação e controle das normas jurídicas: uma análise a partir da ação direta de inconstitucionalidade**. Campo Grande: Contemplar, 2017.

TESSARI, Cláudio. **Modulação dos Efeitos no STF – parâmetros para definição do excepcional interesse social**. São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre Melo Franco; PEDRON, Flávio Quinaud. **Novo CPC – Fundamentos e sistematização**. 3ª. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

VELOSO, Zeno. **Controle jurisdicional de constitucionalidade: atualizado conforme as leis 9.868 de 10.11.1999 e 9.882 de 03.12.1999**. 3ª ed., Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2003.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Sentença. *In*: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim e WAMBIER, Luiz Rodrigues. (coordenadores). **Temas essenciais do novo CPC: análise das principais alterações do sistema processual civil brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, pp. 373-391.

ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes: teoria dos precedentes normativos formalmente vinculantes**. 3ª, Salvador: Juspodivm, 2017.